

FIEA Federação das
Indústrias do Estado
de Alagoas

IEL Instituto
Euvaldo
Lodi

PANORAMA ECONÔMICO

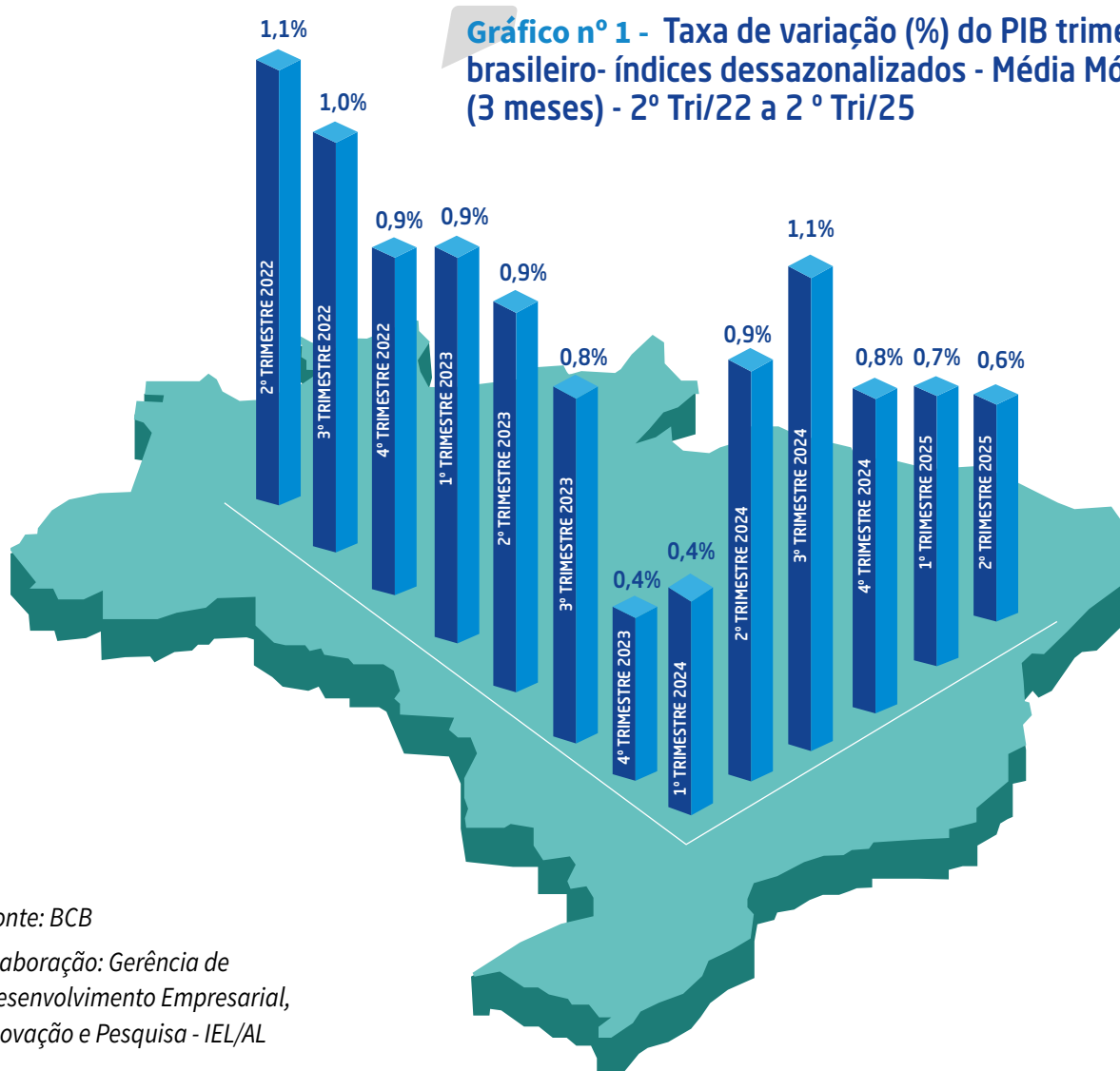
Dados referentes ao mês de
Setembro de 2025



PIB do Brasil no 2º Trimestre de 2025

No segundo trimestre de 2025, o PIB brasileiro cresceu 2,2% em relação ao mesmo período de 2024¹, resultado inferior ao observado no segundo trimestre do ano anterior (3,3%). No acumulado dos quatro trimestres encerrados em junho, o crescimento foi de 3,2%, 0,5% acima dos 2,7% acumulados até junho de 2024. Já na comparação com o trimestre imediatamente anterior, ajustada sazonalmente, a expansão foi de apenas 0,4%, indicando um ritmo mais moderado de crescimento no curto prazo. Esses números mostram que a economia mantém trajetória positiva, mas com sinais de desaceleração (Gráfico nº1) em alguns componentes.

Gráfico nº 1 - Taxa de variação (%) do PIB trimestral brasileiro- índices dessazonalizados - Média Móvel (3 meses) - 2º Tri/22 a 2º Tri/25



Fonte: BCB

Elaboração: Gerência de
Desenvolvimento Empresarial,
Inovação e Pesquisa - IEL/AL

[1] Indicadores IBGE

Pela ótica da demanda, o consumo das famílias cresceu 1,8% frente ao mesmo trimestre de 2024, bem abaixo do crescimento de 5,1% verificado no segundo trimestre de 2024. A expansão foi sustentada por aumento da massa salarial real, maior disponibilidade de crédito e transferências governamentais, mas em ritmo menos intenso. No ajuste sazonal, o consumo avançou apenas 0,5%, sugerindo perda de tração no curto prazo. Esse resultado mostra que, embora o consumo siga como motor relevante, a contribuição tende a ser mais modesta.

O consumo do governo apresentou baixa variação interanual (+0,4%), também inferior à registrada em 2024 (1,2%). Na comparação com o trimestre anterior, houve queda de **0,6%**, o que indica retração do gasto público em termos reais. Esse comportamento está alinhado com a política fiscal mais restritiva, que busca conter pressões sobre o déficit e reduzir a expansão do gasto corrente. Assim, o setor público tem exercido papel neutro ou até contracionista sobre o crescimento.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu 4,1% frente ao mesmo trimestre de 2024, resultado positivo, porém inferior às taxas de dois dígitos observadas em trimestres de 2024. No curto prazo, contudo, a FBCF recuou **2,2%** em relação ao trimestre imediatamente anterior. Isso reflete tanto a base de comparação elevada quanto a desaceleração da importação de bens de capital e ajustes nos investimentos privados.

No setor externo, as exportações de bens e serviços cresceram 2,0% em relação ao mesmo trimestre de 2024, enquanto as importações avançaram 4,4%. Embora positivas, essas taxas foram muito inferiores às registradas em 2024, quando as exportações

cresceram 4,3% e as importações 14,7%. No ajuste sazonal, as exportações avançaram 0,7% e as importações caíram **2,9%**, contribuindo positivamente para o PIB. Em síntese, o setor externo reduziu seu dinamismo interanual, mas desempenhou papel de amortecedor no curto prazo, aliviando a necessidade de financiamento da economia.

Pela ótica da oferta, a agropecuária foi o destaque: cresceu 10,1% em relação ao mesmo trimestre de 2024, revertendo a queda de **3,3%** registrada no ano anterior. No acumulado de quatro trimestres, a alta foi de 5,8%. Entretanto, na série ajustada sazonalmente, houve leve recuo de **0,1%** em relação ao trimestre anterior, sinalizando que o pico de crescimento pode já ter sido alcançado. Esse setor, portanto, apesar de decisivo para sustentar o crescimento agregado em 2025, tende a perder força nos próximos trimestres.



A indústria cresceu apenas 1,1% frente ao mesmo trimestre de 2024, contra 4,0% no ano anterior. No ajuste sazonal, houve alta de 0,5%, puxada pelas indústrias extrativas (+5,4%), mas com queda nas indústrias de transformação **(0,5%)**, na construção **(0,2%)** e em eletricidade e gás **(2,7%)**. O quadro é consistente com o ICEI²: a confiança industrial segue deprimida, com 41,9 pontos para condições atuais e apenas 48,3 pontos para expectativas, indicando que empresários percebem piora da situação recente e mantêm cautela em relação ao futuro. Essa falta de confiança ajuda a explicar a retração na FBCF e sinaliza risco de continuidade do baixo dinamismo industrial nos próximos trimestres.

O setor de serviços manteve crescimento de 2,0% frente ao mesmo trimestre de 2024, mas abaixo dos 3,6% observados um ano antes. No ajuste sazonal, houve alta de 0,6%, impulsionada por atividades financeiras (+2,1%), informação e comunicação (+1,2%) e transportes (+1,0%). **O comércio ficou estável, e a administração pública recuou (0,4%)**. Os serviços seguem como pilar estrutural do PIB, mas seu ritmo é compatível com expansão moderada do consumo e do crédito.

Em síntese, o PIB do segundo trimestre de 2025 confirma uma economia ainda em crescimento, mas com perda de fôlego. O dinamismo do período decorreu principalmente da agropecuária e, em menor medida, dos serviços, enquanto a indústria e o investimento perderam ritmo. A leitura do ICEI reforça essa interpretação: a confiança industrial abaixo de 50 pontos mostra que empresários não vislumbram recuperação consistente no curto prazo, o que tende a manter a indústria como elo frágil do crescimento. As tendências sugerem que o ritmo do PIB nos próximos trimestres será mais moderado, com taxa anualizada próxima a 2%, sustentada pelo consumo das famílias e por segmentos específicos de serviços, mas limitada pela fragilidade do investimento, pela perda de força da agropecuária e pelo pessimismo do setor industrial.

[\[2\]Índice de confiança do Empresário industrial - setembro2025](#)



Banco Central Sinaliza com *Selic a 15% em 2025*

A manutenção da Selic em 15% até o final de 2025 é hoje o cenário mais provável diante do balanço de riscos observado. O Banco Central sinalizou de forma clara que a taxa atual é compatível com a convergência da inflação para a meta, considerando as expectativas ainda acima do objetivo e a persistência de pressões em serviços. A prudência, nesse caso, busca preservar a credibilidade do regime de metas em um ambiente de elevada incerteza financeira, marcado também por condições externas restritivas e prêmios de risco elevados.

Apesar disso, alguns fatores poderiam abrir espaço para cortes marginais ainda em 2025. A apreciação cambial reduz a pressão inflacionária ao limitar repasses de importados e fortalece a ancoragem das expectativas, enquanto a moderação no crescimento econômico indica custos sociais crescentes de uma política monetária tão restritiva. Se a convergência da inflação para patamares mais próximos da meta se mostrar consistente, o Copom poderia avaliar uma flexibilização

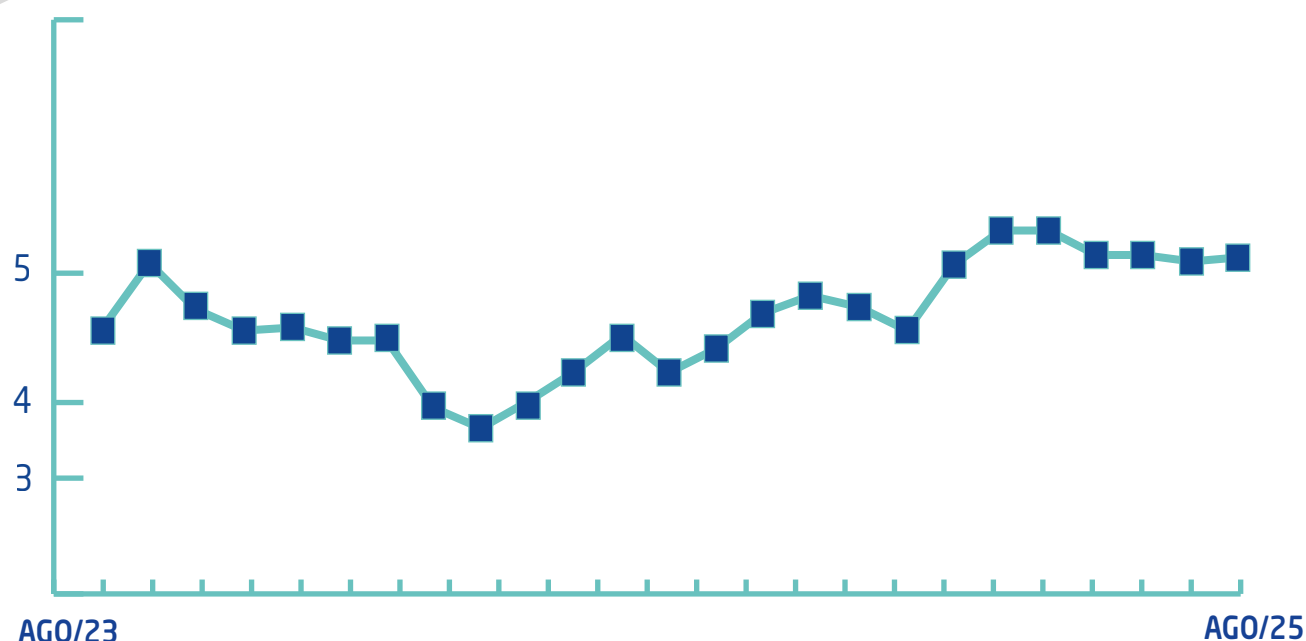
limitada como forma de calibrar o grau de aperto, sem comprometer o combate à inflação.

Contudo, o mercado de trabalho apertado, com taxa de desemprego em 5,8%, indica risco de pressões salariais persistentes, restringindo a margem de manobra do Banco Central. Assim, mesmo diante da valorização cambial, a combinação de expectativas desancoradas e hiato do produto reduzido reforça a posição conservadora. Portanto, salvo mudanças significativas na dinâmica inflacionária, a tendência dominante é de manutenção da Selic em 15% até o fim de 2025, com eventuais cortes apenas condicionados a um cenário de maior desinflação e reancoragem clara das expectativas.

Esse conservadorismo, entretanto, tem custos pronunciados para a economia real. O prolongamento da política monetária em patamar tão elevado restringe o crédito, desestimula o investimento produtivo e retarda a retomada do crescimento, afetando principalmente as pequenas e médias empresas.

Além disso, o serviço da dívida pública se torna mais oneroso, ampliando o déficit nominal e elevando o risco de dominância fiscal, em que a política monetária perde eficácia diante do peso crescente dos juros sobre as contas públicas. Nesse sentido, a manutenção da Selic em nível tão restritivo pode acabar reforçando a própria instabilidade macroeconômica que o Banco Central busca evitar.

Gráfico nº 2 - IPCA (Acumulado 24 meses) - ago/23 a ago/25



Fonte: IBGE

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial,
Inovação e Pesquisa - IEL/AL

A produção industrial brasileira *em junho de 2025*

Em julho de 2025, a indústria brasileira manteve o quadro de estagnação observado ao longo do ano, refletindo os efeitos persistentes da política monetária restritiva. A produção da indústria geral caiu 0,2% no mês, após estabilidade no trimestre anterior, enquanto a indústria de transformação mostrou retração ainda mais clara, acumulando perdas desde o início do ano. Os segmentos mais sensíveis ao crédito, como bens de capital e de consumo duráveis, seguiram em terreno negativo, confirmando a elevada dependência do setor em relação às condições de juros.

Em contraste, a indústria extrativa sustentou o crescimento agregado, com destaque para petróleo, gás e minério de ferro, que impediram uma desaceleração mais severa do PIB industrial. A perda de dinamismo fica evidente na comparação interanual: o avanço acumulado até julho caiu de 3,2% em 2024 para apenas 1,1% em 2025, com deterioração mais acentuada na indústria de transformação. Esse desempenho ilustra a assimetria entre setores ligados à demanda interna, penalizados pelo custo do financiamento, e os ligados a commodities exportáveis, que têm sustentado a atividade.³

Tabela nº 1 - Variação da Produção Industrial - Julho 2025 (%)

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	-0,2	0,2	1,1	1,9
Bens de Capital	-0,2	-0,1	0,9	5,3
Bens Intermediários	0,5	2,5	2,2	2,4
Bens de Consumo	-0,1	-4,0	-1,3	0,2
Bens de Consumo Duráveis	-0,5	-3,4	6,4	9,6
Semiduráveis e não duráveis	0,1	-4,1	-2,6	-1,3
Extrativa Mineral	0,8	6,3	3,7	1,1
Transformação	-0,1	-0,9	0,7	2,1

Fonte: IBGE

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial,
Inovação e Pesquisa - IEL/AL

[3] [IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial](#)



Tabela nº 2 - Índices de preços

Índice de Preço (%)	2024					2025							
	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO
IGP-DI	0,12	1,03	1,54	1,18	0,87	0,11	1,00	-0,50	0,30	-0,85	-1,80	-0,07	0,20
INCC-DI	0,70	0,58	0,68	0,40	0,50	0,83	0,40	0,39	0,52	0,58	0,69	0,91	0,52
IGP-M	0,29	0,62	1,52	1,30	0,94	0,27	1,06	-0,34	0,24	-0,49	-1,67	-0,77	0,36
IPC-M	0,09	0,33	0,42	0,07	0,12	0,14	0,91	0,80	0,46	0,37	0,22	0,27	-0,07
IPA-M	0,29	0,70	1,94	1,74	1,21	0,24	1,17	-0,73	0,13	-0,82	-2,53	-1,29	0,43
INCC-M	0,64	0,61	0,67	0,44	0,51	0,71	0,51	0,38	0,59	0,26	0,96	0,91	0,70
IPC-FIPE	0,18	0,18	0,80	1,17	0,34	0,24	0,51	0,62	0,45	0,27	-0,08	0,28	0,04
INPC	-0,14	0,48	0,61	0,33	0,48	0,00	1,48	0,51	0,48	0,35	0,23	0,21	-0,21
IPCA	-0,02	0,44	0,56	0,39	0,52	0,16	1,31	0,56	0,43	0,26	0,24	0,26	-0,11

Fontes: Ipeadata e Bacen

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa - IEL/AL

Tabela nº 2 e 3 - Indicadores de Confiança I e II

	Indicadores de Confiança I			Indicadores de Confiança II	
	Indicadores do Cenário Externo			Meses	Risco Brasil
	Taxa de Juros Títulos do Tesouro Americano 10 anos	Preço do Petróleo (Brent) em US\$	Ouro - Nova York (Fixing) em US\$		
AGO/24	3,76	72,95	2 580,52	SET/23	206
SET/24	4,21	74,14	2 674,35	OUT/23	202
OUT/24	4,28	72,65	2 699,11	NOV/23	200
NOV/24	4,53	73,05	2 629,95	DEZ/23	195
DEZ/24	4,56	79,06	2 861,00	JAN/24	201
JAN/25	4,56	76,32	2 883,00	FEV/24	210
FEV/25	4,25	73,05	2 951,00	MAR/24	207
MAR/25	4,46	62,45	3 265,00	ABR/24	212
ABR/25	4,53	64,41	3 287,00	MAI/24	211
MAI/25	4,28	65,62	3 355,00	JUN/24	229
JUN / 25	4,37	68,61	3 400,00	JUL/24	227
JUL/25	4,24	65,60	3 392,00		
AGO/25	4,07	66,86	3 711,00		

Fonte: Banco Central do Brasil/FED

Fonte: Ipeadata

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa - IEL/AL

Tabela nº 4 - Indicadores de Confiança III

Meses	Indicadores de Confiança II						
	Taxa de Câmbio Fim de Período R\$/US\$ - Vendas	Swap de 1 ano	Inflação esperada nos próximos 12 meses Mediana	Taxa de Juros Real Ex-Ant	IPCA nos últimos 12 meses	Taxa de Juros Selic (% a.a)	Taxa Real Esperada Selic (a.a)
AGO/24	5,66	11,74	3,87	7,58	4,24	10,40	5,91
SET/24	5,45	12,17	3,95	7,91	4,42	10,40	5,73
OUT/24	5,78	12,67	4,33	7,99	4,76	10,65	5,62
NOV/24	6,05	13,85	4,69	8,75	4,87	11,15	5,99
DEZ/24	6,19	15,39	5,12	9,77	4,83	12,15	6,98
JAN/25	5,83	14,95	5,80	8,65	4,56	12,15	7,26
FEV/25	5,85	15,03	5,50	9,03	5,10	13,15	7,66
MAR/25	5,74	15,09	5,00	9,61	5,48	14,15	8,22
ABR/25	5,66	14,48	4,90	9,13	5,53	14,15	8,17
MAI/25	5,71	14,64	4,88	9,31	5,32	14,65	8,86
JUN/25	5,46	14,69	5,10	9,12	5,35	14,90	9,07
JUL/25	5,60	14,76	4,31	10,02	5,23	14,90	9,19
AGO/25	5,43	14,36	4,18	9,77	5,13	14,90	9,29

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial,
Inovação e Pesquisa - IEL/AL

Fonte: Banco Central do Brasil

ELABORAÇÃO:
DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL, INOVAÇÃO E
PESQUISA - FIEA/IEL

GERENTE:
ELIANA MARIA DE OLIVEIRA SÁ

ESTAGIÁRIOS:
ÉRIKA GISELLA DE ALMEIDA SANTOS
KARINE FERREIRA DOS SANTOS
PABLO HENRIQUE COSTA FRANCIOLLY FONSECA
RUAN WESLEY DE BARROS SILVA
YUKI CÂNDIDO LYRA CALADO

ANALISTA:
MORGANA MARIA MACHADO MOURA

CONSULTORA:
DÉBORA JUSTINO DOS SANTOS

AUTOR DO TEXTO:
REYNALDO RUBEM FERREIRA JÚNIOR

DIAGRAMAÇÃO
YASMIN NAYARA DE ARAÚJO COSTA

INSTITUTO EUVALDO LODI -
IEL

DIRETOR REGIONAL
JOSÉ CARLOS LYRA DE ANDRADE

SUPERINTENDENTE
HELVIO BRAGA VILAS BOAS

GERENTE DE DESENV. EMPRESARIAL,
INOVAÇÃO E PESQUISA
ELIANA MARIA DE OLIVEIRA SÁ

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE
ALAGOAS - FIEA

PRESIDENTE
JOSÉ CARLOS LYRA DE ANDRADE

1º VICE PRESIDENTE
JOSÉ DA SILVA NOGUEIRA FILHO

DIRETOR EXECUTIVO
WALTER LUIZ JUCA SÁ

GERENTE UNITEC
HELVIO BRAGA VILAS BOAS